

Reservas baixam. E a crise da dívida pode piorar.

As reservas já caíram para menos de US\$ 2,5 bilhões. E Bresser Pereira admite ampliar a moratória.

O Brasil poderá ampliar a moratória já no segundo semestre deste ano, deixando de pagar as amortizações do principal e dos juros às instituições governamentais de crédito reunidas no Clube de Paris, admitiu ontem o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. A razão é de natureza estritamente financeira: essas instituições até agora não restabeleceram o fluxo de financiamento ao Brasil, apesar do acordo ter sido firmado em janeiro.

As reservas externas que sustentam os pagamentos caíram no final do mês passado a menos de US\$ 2,5 bilhões no conceito de disponível operacional do Banco Central. Bresser Pereira disse que pode ser suspenso unilateralmente o pagamento ao Eximbank norte-americano, Eximbank japonês e às instituições similares da França, Inglaterra e Alemanha. O ministro da Fazenda salientou sua expectativa de que os governos venham a restabelecer o fluxo de recursos ao Brasil.

Contudo, funcionários governamentais qualificados disseram ontem, em Brasília, que essa estimativa do ministro da Fazenda está cada vez mais distante dos fatos. Os governos credores do Clube de Paris somente restabelecerão os financiamentos ao Brasil após completada a renegociação dos créditos vencidos no segundo semestre, conforme ficou acertado em janeiro.

Ocorre que essa renegociação está na dependência de o Fundo Monetário Internacional — FMI — apresentar ao Clube de Paris um relatório favorável, no tocante à **performance** da economia brasileira. Esse relatório será elaborado pela missão que hoje deixa o Brasil e que nos últimos 23 dias recolheu, dentro e fora do governo, várias informações sobre o desempenho atual e as perspectivas da economia no segundo semestre.

Apesar da discrição dos técnicos do Fundo, especialmente do chefe da missão, Thomas Reichmann, pessoas que com ele conversaram na semana passada transmitiram o desalento do grupo com a perda do controle sobre o déficit público (não foi possível à missão obter um dado fechado sobre o nível do déficit o ano passado e o previsto para o corrente exercício, dadas as discrepâncias dentro da equipe econômica do governo) e sobre a expansão inflacionária.

Embora reconheçam que o mecanismo da indexação generalizada atua como uma espécie de freio à hiperinflação, ao lado da esperada redução da demanda agregada e a previsão do governo é de uma expansão de apenas 3% do produto industrial, apesar de uma variação anualizada de 12% em março passado, os técnicos do FMI temem que a instauração de uma inflação inercial numa faixa tão elevada possa tornar difícil uma reversão do processo inflacionário, sem o que dificilmente será possível pensar em investimentos produtivos.

Se o relatório do FMI a ser apresentado aos governos credores do Clube de Paris reprovar o Brasil e o governo não tiver condições de convencê-los com um programa econômico confiável, os norte-americanos, europeus e japoneses poderão manter o Brasil sob jejum financeiro, forçando o governo a ampliar a moratória, uma decisão que tem **timing** certo para ser adotada, provavelmente em meados de julho.